

ANA CLÁUDIA RODRIGUES DA SILVA

brasileira

Departamento de Antropologia e Museologia
AYÉ: laboratório interdisciplinar natureza, cultura e técnica

Núcleo Família, Gênero e Sexualidade

Universidade Federal de Pernambuco • UFPE

Recife, Pernambuco, Brasil

ana.crsilva2@ufpe.com

Subjetividades cruzadas: mulheres racializadas na produção de conhecimento científicos

resumo

Este artigo versa sobre minhas experiências acadêmicas em diálogo com mulheres negras interlocutoras de pesquisa e intelectuais negras como Fátima Oliveira, Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento para pensar o campo da produção de uma antropologia feminista da ciência e da tecnologia. Raça, gênero e posicionalidade são articulados para pensar as materialidades desse cruzamento nas experiências profissionais de mulheres negras no campo da saúde e na vida acadêmica. Para essa abordagem se discutiu temas como a importância do desejo nas escolhas de pesquisa, racismo cotidiano e continuidade colonial na pesquisa e na vida de mulheres negras produtoras de ciência, estratégias de fuga da subjugação delegada às mulheres negras e a radicalidade da produção da mulher negra.

palavras-chave

ciência; mulheres negras; racismo.

Crossed subjectivities: racialized women in the production of scientific knowledge

abstract

This article addresses my academic experiences in dialogue with black women research interlocutors and black Brazilian intellectuals such as Fátima Oliveira, Lélia Gonzalez and Beatriz Nascimento to think about the field of production of a feminist anthropology of science and technology. Race, gender and positionality are articulated to think about the materialities of this intersection in the professional experiences of black women in the field of health and in academic life. For this approach, themes such as the importance of desire in research choices, everyday racism and colonial continuity in research and in the lives of black women science producers, escape strategies from the subjugation delegated to black women and the radicality of black women's production were discussed.

keywords

science; black women; racism.

Subjetividades cruzadas: mujeres racializadas en la producción de conocimiento científico

resumen

Este artículo aborda mis experiencias académicas en diálogo con mujeres negras, interlocutoras de investigación e intelectuales negras brasileñas como Fátima Oliveira, Lélia González y Beatriz Nascimento para pensar el campo de producción de una antropología feminista de la ciencia y la tecnología. Raza, género y posicionalidad se articulan para pensar las materialidades de esta intersección en las experiencias profesionales de las mujeres negras en el campo de la salud y en la vida académica. Para este enfoque, se discutieron temas como la importancia del deseo en las elecciones de investigación, el racismo cotidiano y la continuidad colonial en la investigación y en la vida de mujeres negras productoras de ciencia, estrategias de escape de la subyugación delegada a mujeres negras y la radicalidad de su producción.

palabras-clave

ciencia; mujeres negras; racismo.

1. Introdução

Este artigo é resultado de uma apresentação na mesa redonda “Antropologia feminista da ciência e da tecnologia na América Latina”, realizada na XIV Reunião de Antropologia do Mercosul, no Rio de Janeiro, em agosto de 2023. Trata-se de elaboração textual que cruza as minhas experiências em diálogo com mulheres negras interlocutoras de pesquisa e intelectuais negras para pensar o campo da produção científica na Antropologia. Raça, gênero e posicionalidade são articulados de modo a pensar as materialidades desse cruzamento nas experiências profissionais de mulheres negras no campo da saúde e na vida acadêmica. Durante minha trajetória de pesquisadora, realizei diversas pesquisas com mulheres abordando temas como violência, aborto e suas interfaces com a saúde. Em 2015, integrei uma equipe de pesquisa majoritariamente composta por mulheres, na Universidade Federal de Pernambuco, que se debruçou nos impactos do Zika vírus na vida de mães e famílias de mulheres que tiveram filhos com a Síndrome Congênita do Zika Vírus. O que sempre me chamou atenção nessa experiência de pesquisa foi a rede de cuidados que se estabelecia entre mulheres que buscavam algum atendimento em saúde e as mulheres que prestavam esses serviços, além das que pesquisavam sobre essas temáticas e as que atuavam por meio de movimentos sociais e ONGs. Os cuidados consistem em providenciar um atendimento médico, ajudar em processos burocráticos, indicar uma instituição de apoio, realizar campanhas ou simplesmente ouvi-las. A própria pesquisa antropológica pautada no respeito e às considerando protagonistas nos processos que envolviam o Zika vírus era uma forma de cuidado. No fundo, eram processos de cuidado/pesquisa que aconteciam entre mulheres. E, se entre as pesquisadoras e as colaboradoras havia uma diversidade de sujeitas — mulheres cis, lésbicas, cientistas, artistas — majoritariamente brancas e de classe média/alta, entre as mulheres interlocutoras, também havia uma diversidade de mulheres, porém não-brancas e de classe popular.

Nas pesquisas que realizei sobre processos de interrupção da gravidez nos serviços de saúde do SUS (Silva, 2014), observei que as mulheres que procuravam e ainda procuram os serviços públicos de saúde para atendimento em decorrência de aborto eram em sua maioria negras como apontam Natália Diórgenes Lima (2020) e Débora Diniz et al (2023), assim como as mulheres que foram afetadas pelo Zika vírus (Silva, 2017). Em minha pesquisa de doutorado sobre aconselhamento genético e doença falciforme (Silva, 2014), pela própria conformação da doença, de ser prevalente na população negra, também me deparei com mulheres negras em busca de cuidados e enfrentando um diagnóstico médico para ter filhos/as, mesmo quando a ciência não recomendava. E eu, na época uma jovem antropóloga, circulava entre essas mulheres com uma certa familiaridade que nem sempre era compreendida por mim, mas hoje reconheço que se tratava de uma aproximação tanto subjetiva quanto material, que marcaria as minhas pesquisas e a produção de conhecimento situada na encruzilhada da raça, do gênero e da classe social. Certamente, não se tratava apenas do movimento de transformar o estranho em familiar e o familiar em estranho no processo de pesquisa tão propagado pela antropologia, afinal, essas mulheres e suas vidas não me eram estranhas, apesar de não ter contato com elas antes do trabalho de campo.

Não é novidade alguma na Antropologia a discussão sobre como as subjetividades e, mais recentemente, as materialidades são dimensões que

influenciam o antes, o durante e o depois na produção de conhecimento. E essas experiências subjetivas e materiais nos chegam pela escrita posicionada dessas autoras (hooks [1952] 2019, Collins 2019, Haraway 2009). Mesmo sendo uma escrita localizada, nem sempre consegue abarcar a plenitude da imersão e do envolvimento característico de um fazer etnográfico posicionado, pois existem coisas no vivido que são imensuráveis. Ainda que não seja ‘novidade’, considero que carecemos de um debate mais sincero nas Ciências Sociais e, em particular, na Antropologia, sobre posicionalidades: a quais posicionalidades estamos nos referindo? Quais materialidades estão em jogo na produção científica feminista? Há espaço para uma mulher racializada do Nordeste do Brasil? A partir de um olhar de e para a América Latina, trago o exemplo de três intelectuais negras, que fundiram a experiência pessoal e a visão de mundo com a realidade, realçando uma produção feita por e para as pessoas racializadas, produzindo uma ciência a partir de materialidades específicas/particulares e escrevendo sem ter um quarto só para si, como nos informa Virginia Woolf. Refiro-me a Lélia Gonzalez, Fátima Oliveira e Beatriz Nascimento, autoras que produziram conhecimento para dar conta da realidade das mulheres negras a partir do sexismo, do racismo e da saúde. Existe, em suas obras, que vão desde textos acadêmicos a textos para jornais, discursos, poesias, produção técnica e audiovisual, uma ciência localizada e racializada. Mas não somente, pois não se trata apenas de posição, mas de uma ‘produção outra’, que vem justamente da forma como fundiram a subjetividade de mulheres autodeclaradas negras com as materialidades que estavam ao seu alcance, trazendo para a discussão o enfrentamento epistêmico e político de ser mulher negra, produzindo conhecimento sobre e para mulheres negras.

Lélia Gonzalez ([1984] 2020), Beatriz Nascimento (1976) e Fátima Oliveira (1995) apresentam uma série de produções que versam sobre a situação das mulheres negras em termos econômicos, políticos, éticos e subjetivos, como as condições de trabalho, educação e saúde. Suas análises são tão potentes que parecem falar do hoje, de nossa realidade atual, exemplificando assim o que acontece quando enfrentamos o fato de fazer pesquisa desde dentro. E, quando essas subjetividades se cruzam, trazem aproximações tão intensas que nos deslocam do lugar de antropóloga, de pesquisadora. Lembro do depoimento de uma aluna negra dizendo, em uma disciplina sobre epistemologias negras, ministrada no curso de Ciências Sociais da UFPE: “Lélia somos nós, sou eu, é minha mãe, minha tia, a história dela é nossa história, e por isso consegue nos capturar e enxergar nossa realidade, ela nos ajuda a identificar e enfrentar o racismo”. Refletimos juntas depois que a produção de Lélia Gonzalez atingiu o alvo, chegou em quem ela queria que chegasse. E o mesmo eu diria para Beatriz Nascimento, que mobiliza o corpo enquanto um território de possibilidades múltiplas, inclusive do conhecimento. A produção de Fátima Oliveira, uma médica negra feminista, atingiu uma população inteira, pois esteve à frente das diretrizes nacionais para elaboração da política de saúde para população negra e trouxe para a bioética a discussão sobre racismo e feminismo.

Pensar sobre uma Antropologia Feminista da ciência e da tecnologia na América Latina é refletir sobre a ideia de raça e a produção de mulheres excluídas do fazer científico. E, ao serem silenciadas em suas produções, silenciam-se também suas interlocutoras de pesquisa, ou seja, as mulheres negras. Para trazer elementos para discutirmos a produção de uma Antropologia (ciência) feminista negra, o texto aqui apresentado versa sobre a importância do desejo nas escolhas de pesquisa; racismo cotidiano e

continuidade colonial na pesquisa e na vida de mulheres negras produtoras de ciência; estratégias de fuga da subjugação delegada às mulheres negras e a radicalidade da produção da mulher negra.

2. Não foi por acaso: desejos e escolhas na pesquisa

Mariza Peirano (1995) nos fala do acaso para exemplificar as trajetórias de pesquisas de alguns notáveis antropólogos. Para ela, o acaso aparecia como uma necessidade de fuga, para não assumir uma vontade individual. No caso aqui apresentado, parto de algo oposto, o desejo de ou a intenção revelada. Se, ao destrinchar as artimanhas do acaso e a reverberação dele na produção antropológica, a autora realça a importância da indeterminação na produção de conhecimento, busco pensar o lugar do desejo e da intenção como elementos constitutivos da produção científica de mulheres negras. Para isso, parto de minhas experiências na pesquisa *Quem cuida de mim*, realizada com profissionais de saúde autodeclaradas negras no contexto da pandemia do Covid-19 (Silva, Lemos, 2024).

O campo de pesquisa e as experiências com essas profissionais me levaram ao que Patrícia Hill Collins (2019) define como uma ética de cuidado e responsabilidade entre as mulheres negras, que envolve uma dimensão mais do que individualizante, indo para uma produção coletiva ou comunitária, ou, como Sueli Carneiro (2023) definiu, uma produção que pensa o cuidado de si e o cuidado com os outros. Como exemplo, cito os próprios trabalhos de Lélia Gonzalez (1984), Beatriz Nascimento (1976) e Fátima Oliveira (1995), nos quais as suas próprias experiências de vida e de intelectualidade estão misturadas a tantas outras mulheres negras na América Latina. Coloco-me nesse cruzamento entre individualidades e coletividades quando penso o meu processo de pesquisa, na escolha em trabalhar a partir das experiências de profissionais de saúde. A atenção direcionada aos profissionais de saúde na pandemia foi uma motivação importante, ao observar que, dentre tantas narrativas de médicos/as, não víamos quase nenhuma enfermeira mulher negra nos noticiários mais acessados. Aquela rotina tão veiculada de cuidado com a família e com filhos/as, as mudanças de moradia ou a necessidade de se isolar em partes da casa não era protagonizada pelas profissionais negras. E, para elas, como foi essa rotina, como foi essa ‘virada de cabeça pra baixo’ nos serviços de saúde? Quando olhamos para as estatísticas, as profissionais negras foram as que mais morreram, tiveram menos treinamentos (Silva, 2022), em uma desigualdade que refletia os dados da população geral, que apresentava maior mortalidade registrada entre a população negra.

Conto essas histórias num artigo escrito junto com Ana Carla Lemos como uma forma de trazer para perto, de refletir em outras pessoas negras a experiência negra no mundo em tempos de caos (Silva, Lemos, 2024). Portanto, coletivizamos ‘narrativas outras’ que não estão acessíveis facilmente. Mas, quando reflito sobre minhas escolhas, enfrento o fato de que não era somente isso, que por si já justificaria minhas escolhas, mas havia algo mais no campo do “desejo de pesquisa”, que apontava para as minhas experiências pretéritas com profissionais de saúde, uma vez que, desde muito cedo, tive contato constante com esses/as profissionais ao passar por sucessivos internamentos hospitalares. Olhando para o passado, a cor nessas instituições era tão localizada, tão dicotômica, ou, como nos fala Maria Estela Silva (2002), um silencioso apartheid. Médicos/as branco/as com os quais tinham pouco contato e profissionais da Enfermagem que cuidavam literalmente de mim. Nesse

sentido, havia um desejo ali presente, eu queria falar sobre essas pessoas: quem eram elas? Como chegaram nesses espaços? Dessas primeiras experiências até a realização da pesquisa, passaram-se alguns anos e a confluência veio pelo fato de estarmos em uma pandemia, com um momento de visibilidade dos/as profissionais de saúde.

Partindo do desejo, começou então o trabalho de planejar, escolher e contactar, que, neste caso, contou com uma rede de mulheres negras já bem consolidada em Pernambuco. Meu conhecimento de profissionais advindo de pesquisas anteriores proporcionou ter acesso à sujeitas importantes que poderiam me ajudar no contato com outras mulheres. Mas eu enfrentava o cansaço e a falta de tempo desses profissionais, mesmo a pandemia estando em níveis mais controlados. Aqui foi importante insistir na rede e em uma categoria que pouco incorporamos em nossos trabalhos, a amizade. A partir de uma delas, íamos solicitando a indicação de uma amiga, porque compreendemos que a amizade era um ponto importante nesse processo de se pensar uma ética de cuidado negra. E aqui falo nós, pois participaram dessa pesquisa - que passou de um projeto de pós-doutorado a um projeto mais amplo - uma mestra em Antropologia com bastante experiência em pesquisa e dois alunos do Programa de Iniciação Acadêmica (BIA) recém-chegados à universidade. Tínhamos encontros para planejamentos e trocas, mas tudo muito difícil, pois todos estávamos ainda afetados pela Covid-19, então emoções, dificuldades financeiras, saúde mental, tudo se entrelaçava, mostrando como esses bastidores das pesquisas impactam na produção de conhecimento. Quatorze mulheres se dispuseram a compartilhar suas experiências conosco. Decidimos dividir em três eixos as entrevistas realizadas com elas: as trajetórias pessoais e familiares, as trajetórias educacional e profissional e a experiência com a Covid-19. O racismo foi a linha condutora para o diálogo que ali se pretendia estabelecer. Se, a princípio, o recorte era mulheres que estavam na linha de frente, mais diretamente médicas e enfermeiras, esse leque foi aumentando, uma vez que outras profissões também estavam nessa considerada linha de frente, como psicólogas, assistentes sociais e agentes comunitárias de saúde.

Enquanto pesquisadoras e mulheres negras, fomos muito impactadas pelas narrativas dessas mulheres, em vários momentos os choros foram compartilhados, pois suas trajetórias pessoais, familiares e educacionais nos eram muito próximas. Como trazer tudo isso para análises e para a escrita? Foi no sentido de realmente trazer a voz dessas mulheres, não apenas no texto acadêmico, que surgiu a ideia de transformar as entrevistas em podcasts, pois, além de uma ferramenta metodológica e epistêmica, o podcast podia fazer circular entre elas esse conjunto de narrativas, que no momento apenas nós da equipe de pesquisa tínhamos acesso. Foi um outro momento muito importante da pesquisa, ouvir, recortar, juntar, criar uma narrativa curta, mas que não perdesse a potência. No total, conseguimos produzir 6 episódios. Estamos produzindo conhecimento a partir de vidas e eram essas vidas que desejávamos ressaltar nos podcasts. Afinal, acionar outras linguagens para comunicar conhecimentos foi estratégia utilizada por Lélia González, nos textos para jornais do MNU; por Beatriz Nascimento, ao produzir o filme Ori e poemas; e por Fátima Oliveira, ao escrever um blog e alguns romances.

Voltando às subjetividades cruzadas, compartilho com vocês alguns cruzos advindos desse processo de pesquisa com as profissionais de saúde, com questões levantadas que são delas, minhas e de tantas outras mulheres negras.

3. Racismo cotidiano e a continuidade colonial: sem sair do salto

Racismo cotidiano, como mostra Grada Kilomba:

Refere-se a todo vocabulário, discursos, imagens, gestos, ações e olhares que colocam o sujeito negro e a pessoa de cor não só como outro(a) mas como outridade, ou seja, como a personificação dos aspectos reprimidos na sociedade branca [...]. Todas as vezes que sou colocada como outra estou experienciando o racismo, pois estou sendo forçada a me tornar a personificação daquilo com que o sujeito branco não quer ser (Kilomba, 2019, p.78).

É nesse lugar de outridade que são colocadas as mulheres negras profissionais de saúde na sociedade brasileira. Segundo Kilomba (2019), o termo cotidiano refere-se ao fato de que essas experiências não são pontuais, mas uma constelação de experiências de vida, uma exposição constante ao perigo, um padrão de abuso que se repete incessantemente ao longo da biografia de alguém, no ônibus, no supermercado, na universidade e no hospital.

Podemos observar esse racismo também genderizado nas experiências de Jéssica, uma mulher preta, mãe solo de duas filhas, vinda da periferia, que, ‘aos trancos e barrancos’, conseguiu estudar, fazer o curso de técnica em Enfermagem, trabalhar de dia e estudar à noite para concluir a graduação em Enfermagem. Ela nos mostra que as condições subjetivas e materiais são muito distintas e formam sujeitas distintas quando compara sua vida com a de colegas brancas e suas trajetórias de formação. Jéssica ouviu por diversas vezes que não adiantaria tanto esforço para estudar, porque uma pessoa como ela, preta, deveria se contentar em ser técnica e não enfermeira. Mas ela se formou, trabalhou em diversas instituições de saúde privadas e hoje é enfermeira chefe de um grande hospital público do Recife. Sim, enfermeira chefe, cargo que, mesmo sendo a Enfermagem composta por 53% de mulheres negras, ainda é majoritariamente ocupado por enfermeiras brancas. E este não-lugar marca sua vivência na saúde, obrigando-a a viver em um completo estado de alerta:

Se o da faculdade foi difícil, não foi tanto quanto, foi fazendo gestão no Hapvida, foi muito difícil. Tinha muitas dificuldades? Tinha. Você vê muitos médicos, os médicos, na maioria das vezes, eles estão acostumados com a gerente de Enfermagem loira, de salto, cabelo liso, longo, e quando você chega com outro perfil, até para que você... as pessoas te respeitem, você precisa ser profissional, tem que se impor. [...] Então, assim, é muito difícil, você saber que todos os dias você tem que tá o tempo todo apresentando para as pessoas o quanto você tem potencial, quais são suas qualidades e isso é muito cansativo, é que chega a ser cansativa, tem hora que cansa, porque, assim, esse tratamento não é geral, não é para todo mundo, entendeu? (Jéssica/Enfermeira, Recife, 2021).

O cansaço de Jéssica com os episódios de racismo cotidiano também é sentido por muitas mulheres negras que fazem ciência, e, como nos mostra Luciana Dias (2019), no caso da Antropologia, elas são relegadas ao ‘lugar da cozinha’ ou ‘quase da família’. Se elas ocupam esse lugar, como pensar então suas produções dentro de uma economia política da produção acadêmica? A de uma produção doméstica, que por mais que seja considerada como essencial, continua sendo menos valorizada, por ser principalmente produzida por esses corpos relegados à sujeição.

A pergunta que fiz no início deste texto, sobre de quais posicionalidades estamos falando na produção científica, passa por enfrentar essas situações que se repetem cotidianamente, como, por exemplo, Fátima Oliveira ter produzido sobre temas legitimados no campo da ciência, como a Bioética, e ter sua produção esquecida ou reduzida a militante. E não se trata de atribuir um menor valor à produção militante, pois reconheço a potência da militância e de sua escrita, mas nos termos tratados pela academia hegemônica como de 'menor valor'. Dessa forma, não posso deixar de falar do quanto o campo de pesquisa da ciência e da tecnologia é um espaço ainda embranquecido, e que, para mulheres negras produzir conhecimento nesse espaço, continua sendo uma barreira a ser rompida. O que dizer então ao adentrar nesse campo, e, como pesquisadora negra, ser impelida a introduzir a questão racial nos escopos de seus interesses de pesquisas, quase como uma obrigação, do contrário a questão não será posta em pauta de pesquisa.

Observando os encontros da Associação Brasileira de Estudos Sociais das Ciências e das Tecnologias- ESOCITE-BR, evento referência na área da ciência e tecnologia, apenas em 2023 temos uma mesa de abertura dedicada à temática racial, "Raça, Saúde e Tecnologia", e uma conferência com Ruha Benjamin (Universidade de Princeton) intitulada "Race to the Future? Reimagining the Default Settings of Technology & Society". Esse atraso revela a falta de representatividade negra e de mulheres nesse espaço que se propõe a refletir sobre a produção científica e técnica no Brasil. Mas o que também precisa ser evidenciado é que essa posição, ou 'outros mundos', permitem produzir uma crítica radical, e o pensamento dessas 'intelectuais marginais', "quase da família" (Dias, 2019), é essencial para a produção de ciência no Brasil. O pensamento feminista negro, por exemplo, tem buscado evidenciar as especificidades relacionadas a essa singular posicionalidade que articula pensamento abstrato, ideias e imaginações a uma ação pragmática, reveladora das vivências, existências e resistências.

Analisando o racismo cotidiano vivenciado por essas profissionais, podemos ver que não há hiatos entre um período escravista colonial como algo do passado e as atuais cenas de racismo vivenciadas por essas profissionais. Jéssica, de tanto ser confundida com as profissionais de limpeza, criou a estratégia de estar sempre de salto alto. Ser confundida com alguém que está destinado/a, por sua cor, a ocupar os trabalhos serviços faz parte das vivências de várias mulheres negras. A própria Grada Kilomba (2019) narra a situação em uma consulta, em que um médico lhe faz a proposta de trabalhar como doméstica da família dele durante as férias. Na estrutura da outridade, a mulher negra sempre será vista como a servente. O ser estratégico de Jéssica marca uma posição: "não sou uma serviçal". Em termos simbólicos/práticos, mesmo que elas cheguem ao topo das profissões em Saúde, a Medicina, elas serão colocadas nesse lugar de domésticas, confundidas com várias outras funções, menos como médica. O não-lugar advindo do estatuto do não Ser (Carneiro, 2023) é um enfrentamento cotidiano para as mulheres negras que sobem na hierarquia das profissões de saúde e para as que fazem ciência.

Christian Smith (2021), em pesquisas sobre a utilização de citação de mulheres negras em periódicos conceituados nos EUA, observa que, mesmo tendo uma produção relevante em termos qualitativos e quantitativos, essas mulheres são sub-representadas. Se os periódicos conceituados são o referencial de uma boa produção antropológica, logo as mulheres negras e suas produções estão fora

da ‘excelência antropológica’. No Brasil, isso não é diferente. Alex Ratts (2022) demonstra as escassas citações de Lélia Gonzalez nas Ciências Sociais e, através da pergunta “e a antropóloga negra, cumé que fica?”, nos traz elementos importantes para repensarmos o lugar das mulheres negras na produção científica e antropológica.

Na segunda metade da década de 1990, Lélia Gonzalez raramente é citada em textos de relatos ou levantamento bibliográficos de autoras das Ciências Sociais (Antropologia e Sociologia), vinculadas aos estudos de raça, gênero ou mulheres [...]. Transitando na pós-graduação, trabalhando com o pensamento de autoras, observo por parte das elites das ciências humanas, situadas em determinadas instituições, associações e comissão editorial de publicações, uma recusa composta por obstáculos para reconhecer o pensamento da intelectualidade negra ativista, especialmente das mulheres (Ratts, 2022, p. 24).

E o que fazer com essa experiência que igualmente é minha quando também sou confundida com uma serviçal? Quando observo o olhar de surpresa ao dizer que sou professora universitária? Escrever sobre isso, é não separar nossa experiência e visão de mundo da realidade, é sobre evocar realidades pessoais e sociais, não por meio da retórica, mas do sangue e do suor, do choro que arrebatava e nos leva ao fundo do poço, do qual saímos ‘trans-formadas’. Fazer esse mergulho no inferno, como nos fala Franz Fanon (2020), é se tornar um corpo político. E, para finalizar este artigo, quero falar desse corpo político a partir da experiência de Juliana Barbosa, uma jovem médica negra.

4. A capulana foi minha resposta e não o jaleco branco

Rosana Castro (2022) apresenta em seu texto “Pele negra, jalecos brancos: racismo, cor(po) e (est)ética no trabalho de campo antropológico” o quanto as relações de pesquisa são racializadas e genderizadas, e os símbolos ligados a prestígios e autoridade médica, como o jaleco branco, são ressignificados quando quem os utilizam são pessoas negras. Aqui trago as experiências de Juliana Barbosa, uma jovem médica negra recém-formada, que se coloca como um corpo político na Medicina. Um corpo que desafia as normas, invade o lugar por excelência da branquitude e que encontra em outros corpos negros, o Coletivo Negrex de Médicos e Estudantes Negros de Medicina, um lugar de apoio e cura para as violências cotidianas enfrentadas enquanto uma estudante e agora profissional de Medicina. Ela é uma mulher negra que vem da periferia, possui formação em escola pública e alcançou destaque por sua dedicação aos estudos. Estudar e se destacar estão no horizonte das mulheres negras, como podemos observar nas trajetórias de Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento e Fátima Oliveira.

Ao falar de sua turma de graduação, Juliana faz referência à história do Patinho Feio, ou seja, ela, uma das poucas negras de sua turma, contrastava com uma turma majoritariamente branca. Entre os diversos pontos que a separavam de seus colegas estudantes de Medicina, estava o que precisou fazer para custear seus estudos. Ela precisava ter dedicação exclusiva para o curso e trabalhar nos finais de semana em um salão de beleza — quando todos estavam descansando ou estudando — para ter dinheiro para comprar materiais para o curso. Trabalhou como garçonzete nas festas de formaturas de seus colegas da faculdade. São essas condições e a consciência de raça/classe que marcam sua postura profissional hoje: ter sido de comunidade a faz compartilhar um mundo não acessado por seus colegas brancos e de classe média. É sobre

atender em uma policlínica que é frequentada por pessoas do seu convívio e estar ali em outra posição, nem sempre confortável, em suas palavras, atendendo “os nossos”.

E é assim que ela tenta se desvencilhar do uso do jaleco para estabelecer uma posição mais horizontalizada com os pacientes, usuários do SUS. Mas esse deslocamento não é simples, porque os símbolos ainda estão presos a uma dinâmica colonial e o jaleco é um símbolo da branquitude, que às vezes ela precisa acessar para simplesmente ser reconhecida como médica, e mesmo assim com muitas desconfianças. Segundo Juliana, ela precisava dar uma resposta às opressões e ao racismo cotidiano vivenciado na faculdade em que se formou e isso foi concretizado na sua formatura, em que ela e seus familiares se vestiram com roupas africanas e tranças, marcando a diferença entre eles e os demais participantes. A festa ficou marcada por essa ‘ousadia’ e ela passou a ser chamada de a médica da capulana.

Novamente me entrelaço nessas narrativas quando, no campo acadêmico, precisamos usar capulanas como forma de ousadia e como posicionamento político de uma produção de conhecimento situada na encruzilhada da raça, do gênero e da classe. E esse posicionamento leva-nos a uma produção de conhecimento científico engajada em proposições que possam modificar realidades marcadas pelas desigualdades, mas, não somente, também abarcam produções que propõem aberturas imaginativas para a criação de outras possibilidades que possam libertar a sujeita mulher negra da clausura imposta pela servidão. Se a imaginação é essencial para a Sociologia e para a Antropologia, quando acionada pela sujeita negra, dá à ciência o combustível para a desestabilização da norma patriarcal e racial.

Foi assim que Fátima Oliveira se engajou na produção de conhecimento centrado na questão racial e de gênero - aquela menina do interior do Maranhão/Brasil, que se chocava com a morte de crianças e mulheres negras, e anos depois se dedicou à causa reprodutiva e aos aspectos bioéticos nas pesquisas. Não por acaso, médicos/as negros/as vão se especializar em Medicina de família e comunidade.

5. Considerações finais: sobre a radicalidade de uma produção afetada

Iniciei esse texto falando sobre o desejo: de uma escrita, de um projeto, de produzir conhecimento científico a partir de experiências que cruzam linhas vistas como estanques, como o militar e o teorizar. Sobre o desejo de mulheres negras em fugir do contexto de subjugação, quer seja no exercício do cuidado em instituições de saúde, quer seja na academia. Ao mostrar como o racismo conforma as experiências de mulheres negras na ciência, não quero fixá-las em um não-lugar. Mostro as cenas de racismo cotidiano para mostrar que isso é a norma, o comum, o corriqueiro dentro de uma sociedade estruturada com bases no racismo. Mas, o que de fato me interessa é saber como esse desejo as fazem romper com as representações ‘de doméstica’.

Na pesquisa Quem cuida de mim, dialogamos com duas médicas negras que confrontam o racismo no campo do ensino e do trabalho, sendo as únicas ou poucas em sala de aulas do curso de Medicina e enfrentando o fato de não conseguirem exercer a profissão para qual estudaram por seus corpos não serem os corpos esperados pela Medicina. Ousam ser quem são; médicas negras com todas as implicações que isso significa em suas vidas. Mesmo que

tentem fugir, elas são afetadas por aquilo que representam enquanto mulheres negras, mas insistem em serem os corpos que confrontam a brancura da Medicina com seus jalecos e capulanas.

Sueli Carneiro (2023), em sua tese de doutorado, apresenta Fátima Oliveira como exemplo de resistência ao dispositivo de racialidade. Ao contar sua própria história, Oliveira reforça sua iniciativa no Brasil de lançar um olhar feminista e antirracista para as Biociências. Inserida em um ambiente embranquecido, sabia da responsabilidade de se ter uma “boa base teórica” para implementar uma política que não foi gestada dentro da academia, a Política de Saúde da População Negra. Havia um desejo de mudança em suas ações, de não corroborar com ideias fatalistas sobre genética e raça. Para ela, não era apenas uma questão social e nem uma questão biológica que determinava a saúde da população negra, mas uma interação entre o bio e o social. Isso pode parecer meio óbvio, mas não para a época e para o meio em que ela estava inserida. E assim foi com Beatriz Nascimento, ao pesquisar sobre quilombo e confrontar a perspectiva histórica hegemônica. Seu desejo era que negros/as fossem protagonistas de sua história. Lélia Gonzalez desejava um feminismo afro-latino-americano.

Havia e ainda há tantos desejos implicados na produção de conhecimento de mulheres racializadas. Fluidez, diversificação na escrita, linguagem coloquial, metalinguagem, centralidade no corpo e nas emoções são algumas características dessas produções, que tornam o fazer científico um fazer encarnado. A produção de conhecimento de mulheres negras representa uma práxis radical e uma crítica racial capazes de confrontar os efeitos da subjugação (Ferreira, 2029). Fazer ciência para elas não está apartado de suas realidades, ao contrário, suas realidades são produtoras de conhecimento.

referências referencias

- Carneiro, Sueli. (2023). Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar.
- Carneiro, Sueli. (2023). Fátima Oliveira. In: Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar.
- Castro, Rosana. (2022). “Pele negra, jalecos brancos: racismo, cor(po) e (est)ética no trabalho de campo antropológico”. Revista de Antropologia, São Paulo, 65(1). DOI: 10.11606/1678-9857.ra.2022.192796
- Collins, Patricia Hill. (2019). Pensamento feminista negro: Conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo.
- Dias, Luciana de Oliveira. (2019). “Quase da Família: corpos e campos marcados pelo racismo e pelo machismo”. Revista Humanidades & Inovação, 6(16):8-12, 2019.
- Diniz, D., Medeiros, M., Souza, P.H.G.F, Goés, E. (2023). Aborto e raça no Brasil, 2016 a 2021. Cien Saude Colet [periódico na internet] (2023/set). [Citado em]. Disponível em:

<http://cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/aborto-e-raca-no-brasil-2016-a-2021/18886?id=18886&id=18886>

- Fanon, Frantz. (2020). *Pele Negra, Máscaras Brancas*. São Paulo: Ubu.
- Ferreira, Denise. (2019). *A dívida impagável*. São Paulo, Oficina de Imaginação Política e Living Commons, 2019.
- Gonzales, Lélia. (2020). Racismo e sexismo na cultura brasileira (1984). In: *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. 1a ed. Rio de Janeiro: Zahar.
- Haraway, Donna. (2024). “Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, 5:7–41, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773> . Acesso em 2 nov.
- hooks, bell. [1957] 2023. *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. Tradução: Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante.
- Lima, Natália D. F. (2020). *Entre silêncios, interdições e personalidades: uma análise racial das histórias sobre aborto no sertão*. 2020. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- Nascimento, Beatriz. 1976. “A mulher negra no mercado de trabalho”. *Jornal Última Hora*, Rio de Janeiro, 25/jul.
- Oliveira, Fatima. (2024). Por uma bioética não- sexista, anti- racista e libertária. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis , v. 03, n. 02, p. 331-347, dez, 1995. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X1995000200003&lng=pt&nrm=iso . acessos em 16 dez.
- Peirano, Marisa. (1995). *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Ratts, Alex. (2022). Lélia Gonzalez e seu lugar na Antropologia brasileira: “Cumé que fica?”. *Mana*, 28(3):1-34. DOI: 10.1590/1678-49442022v28n3a0202.
- Silva, Ana Cláudia; Lemos, Ana Carla. (2024). “Race and health”: Black female healthcare providers in the COVID-19 pandemic. *Saúde Soc. São Paulo*, 33(3):e240356en.
- Silva, Ana Cláudia R. da. (2022). “O cuidado negro”. *Mulheres negras profissionais da/na saúde no contexto da Pandemia da Covid-19*. *Novos Debates*, 8(1):e8103. DOI: 10.48006/2358-0097/V8N1.E8103.
- Silva, Ana Cláudia R. (2017). Economia Política do Zika: Realçando relações entre Estado e cidadão. *Revista Antropológicas*, v. 28, p. 223-246. DOI: <https://doi.org/10.51359/2525-5223.2017.231440>
- Silva, Ana Cláudia R. (2016). Anote aí no seu diário?: notas etnográficas sobre violência institucional na atenção ao aborto e ao parto em maternidades públicas do Recife. In: Russel Parry Scott; Jorge Lira; Isolda Belo da Fonte. (Org.). *RELAÇÕES E HIERARQUIAS MARCADAS POR GÊNERO*. 23ed. Recife: Editora UFPE/UFRPE. V. 2, p. 37-50.
- Silva, Ana Cláudia R. (2014). *Compartilhando Genes e Identidades: orientação genética, raça e políticas de saúde para pessoas com doença e traço falciforme em Pernambuco*. 1. ed. Recife: Editora Universitária UFPE.
- Silva, Maria Stela Anunciação. (2002). *Mulher Negra profissional na área de saúde*. In: WERNECK, Jurema; Mendonça, Maísa; White, Evelyn (org.). *O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe*. Rio de Janeiro: Pallas; San Francisco, Califórnia, Criola.